

ATA N.º 9/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

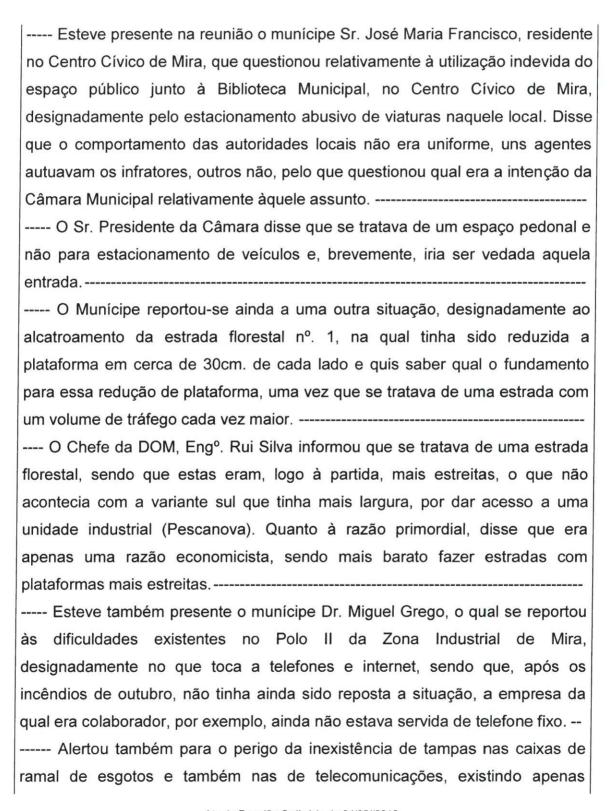
24/05/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas catorze
horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta,
ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei
Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs. Nelson Teixeira
Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, Dr.
Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Dra.
Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª.
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº.
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil,
Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:30
horas
Finanças Municipais:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 96, de 09 de maio de 2018,
com um saldo orçamental de 899.776,57 € (oitocentos e noventa e nove mil,
setecentos e setenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATA:
ATA DE 26 DE ABRIL DE 2018
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 26 de abril de
2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 21 de maio de 2018, tendo a
mesma sido aprovada por unanimidade
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Intervenção do Público: (nº. 6 do art.º 49º. do Anexo I, da Lei nº.
75/2013, de 12 de Setembro)





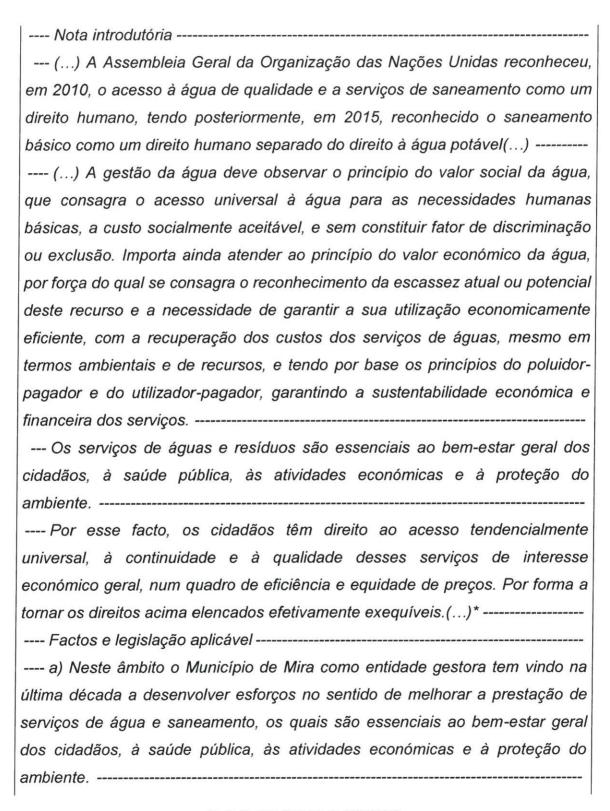


tampas nas caixas de esgotos. Afirmou que, para além do perigo que a situação constituía, havia também a lamentar o facto dessas caixas estarem a servir para acumular lixos, deteriorando as infra-estruturas.--------- Reportou-se, depois, aos problemas decorrentes da execução da empreitada da Vala da Corga e quis saber o que estava previsto para a parte final, na zona de amortecimento, próximo da sua habitação, uma vez que está impossibilitado de abrir a garagem, que estava cheia de humidade e com rede anti-mosquito, o que constituía um grave problema. Por outro lado, disse que apenas tinha sido feito passeio de um dos lados da estrada, enquanto do outro tinha sido colocado macadame, por isso perguntou onde se poderia estacionar na rua da Fonte. Disse que tinha dúvidas que o projeto estivesse a ser integralmente cumprido e perguntou se era verdade que a pista passasse a circular por cima da vala. ---------- Disse também que não estavam a ser cumpridas normas de segurança, para além de que estavam a ser colocados restos de cimento para a vala. O leito tinha subido e se era preocupante os terrenos estarem a esgotar para a vala, presentemente estavam a esgotar entre a vala e o muro e corria por aí mais água do que propriamente na vala. Para além disso, havia ainda o problema da água empoçar junto à casa do seu vizinho, também ali presente, Sr. João Távora, pelo que pretendia saber o que estava previsto para os seis metros finais da vala. ----------O Sr. Presidente da Câmara propôs a realização de uma reunião em obra, com a presença de elementos da Câmara Municipal, técnicos e residentes para, in loco, se verificarem os problemas ali focados pelo Sr. Dr. Miguel Grego e tentar corrigir as deficiências apontadas. Acrescentou ainda que os seis metros finais da vala iriam levar manilhas e seria criado aí estacionamento. -------- Seguidamente, o Sr. Vereador Dr. Manuel Martins entregou uma petição escrita, a requerer a apresentação, exaustiva e devidamente circunstanciada,



das contas relativas aos festejos da passagem de ano de 2017/2018, realizada
na Praia de Mira
O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento da celebração de protocolo
entre os Municípios de Mira, Cantanhede e Vagos, tendo em vista a
concretização do projeto "Gândara TourSensations", cuja candidatura visava a
criação de uma rede de valorização, inventariação e divulgação da Casa
Gandaresa, tendo a mesma já sido aprovada pela entidade "Turismo de
Portugal" com financiamento a 90%. Tratava-se da criação de uma rota
turística e de alojamento local, sendo a Casa Gandaresa o elemento comum
aos três municípios
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins congratulou-se e disse que era uma
boa notícia e uma forma de preservar o património local
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
DIVISAC ADMINISTRATIVA ET MANGEIRA.
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de
CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL (MUNICÍPIO DE MIRA, MUNICÍPIO DE
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira
CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL (MUNICÍPIO DE MIRA, MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO E MUNICÍPIO DE SOURE) E INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA NA MESMA, BEM COMO A AGREGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E
CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL (MUNICÍPIO DE MIRA, MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO E MUNICÍPIO DE SOURE) E INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA NA MESMA, BEM COMO A AGREGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E OUTROS SERVIÇOS
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços
Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços







---- b) De facto dos estudos e análises internas feitas à situação real do Concelho, o atual Executivo teve a perceção das fragilidades/ameaças, designadamente a deficiente qualidade da água fornecida, água não faturada, cobertura de gastos insustentável, necessidade de investimentos nas infraestruturas, inexistência de planos para substituir contadores obsoletos etc, bem como, consciência das oportunidades, designadamente maior confiança entre Municípios, polivalência nos recursos humanos, oportunidade de integrar novos utilizadores na rede, sem recurso a investimentos desproporcionados, dimensão que permite economias de escala, capacidade técnica e de gestão criação de valor, acesso a financiamento externo e apoios comunitários, aumentos menores das tarifas por via de agregação, para atingir uma gestão sustentável, aumento da capacidade de influência na EG de sistema em alta, aquisição de soluções tecnológicas, pelo que se concluiu que estas atribuições e competências seriam melhor prosseguidas em conjunto com outros municípios próximos.--------- c) Importa esclarecer sumariamente que os serviços de fornecimento de águas, águas residuais e resíduos são atribuições da titularidade dos Municípios podendo estes optar por diferentes modelos de gestão: ---------- A gestão pode ser direta (feita pelos serviços de um município ou de vários); --------- A gestão pode ser delegada (feita por uma empresa municipal intermunicipal ou constituída em pareceria com o Estado; --------- Ou a gestão pode ser concessionada (feita por empresa privada). --------- d) Em Novembro de 2016 foi presente à Câmara e Assembleia Municipal minuta de protocolo a celebrar com o Município de Montemor-o-Velho com o objetivo de contratar serviços de consultadoria visando a eventual constituição de uma empresa intermunicipal. Ora durante o ano de 2017 decorreram diversas reuniões e contactos com os Municípios de Montemor-o-Velho e

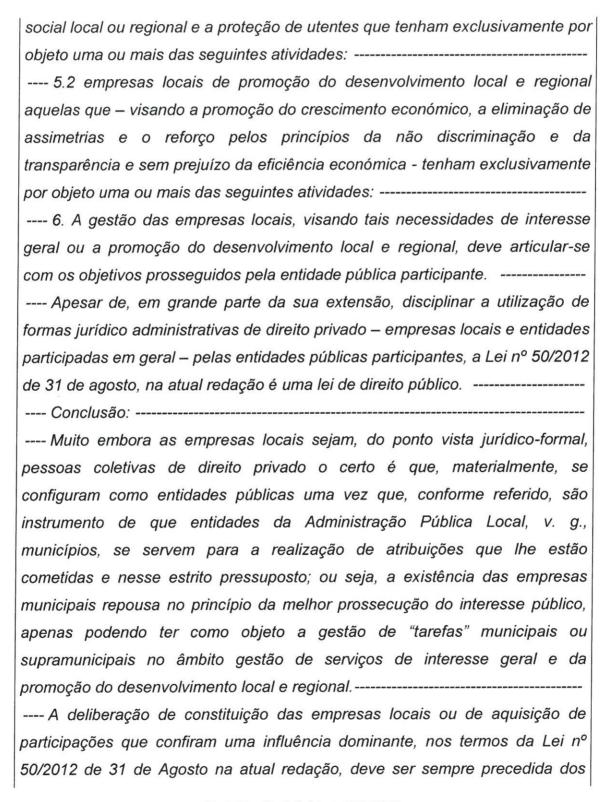


Soure, no sentido de se constituir uma empresa intermunicipal com o objeto da gestão integrada dos Sistemas de Abastecimento público de água para consumo humano e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, atual redação. ----------- Ficando esta empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, competindo-lhe, neste âmbito, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios participantes no seu capital social, que são os indicados nos documentos em anexo.--------- e) Foi ainda decidido pelos três Municípios adjudicar a uma empresa consultora os trabalhos de análise dos serviços de abastecimento de água (AA) e de saneamento das águas residuais (SAR) dos municípios de Mira (MM), Montemor-o-Velho (MMV) e Soure (MS), nomeadamente do ponto de vista da saúde pública, da qualidade e segurança para a sua vida e da sustentabilidade ---- As atividades de abastecimento público de água às populações e saneamento de águas residuais, nestes territórios, constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência, a equidade de preços e a sua sustentabilidade. ---------- f) As empresas municipais estão reguladas na Lei nº50/2012, de 31 de agosto, na atual redação - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL) – as empresas locais, ou seja as sociedades de direito comercial (pessoas coletivas de direito privado), nas quais o(s) município(s) – no caso de empresa municipal -, a associação de municípios – no caso de empresa intermunicipal – ou a área metropolitana – no caso de



empresa metropolitana - exerçam, de forma direta ou indireta, uma influência
dominante (a qual se traduz na detenção da maioria do capital social ou no
direito de designar e destituir a maioria dos membros do órgão de
administração ou de fiscalização ou qualquer outra forma de controlo da
gestão) – vide o capítulo III, artº 19º e seg
São estas empresas, conforme referido, expressamente configuradas como
pessoas coletivas de direito privada e, além disso, de responsabilidade
limitada
Não obstante tal configuração, está consagrado no diploma legal em
apreço que:
1. As empresas locais devem ser fundamentadas na melhor prossecução
do interesse público
2. Apenas podem ser criadas empresas locais cujo objeto social se insira
nas atribuições das entidades públicas participantes. Tal significa, no que às
empresas detidas pelos municípios interessa, que o respetivo objeto terá que
se enquadrar nas atribuições municipais tal como vêm elencadas no artº 23º do
Regime Jurídico das Autarquias locais aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de
12 de Setembro, na atual redação
4. As empresas locais não poderão ter intuito exclusivamente mercantil ou
seja, não se podem basear na intenção única ou exclusiva da entidade pública
participante de alcançar lucros ou proveitos económicos
5. As empresas locais apenas podem ter como objeto a exploração de
atividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local
(estando, no entanto, facultada a possibilidade desse objeto poder abranger
mais de uma atividade), sendo consideradas:
5.1 empresas locais de gestão de serviços de interesse geral aquelas que
assegurando a universalidade, a continuidade dos serviços prestados, a
satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a coesão e económica e

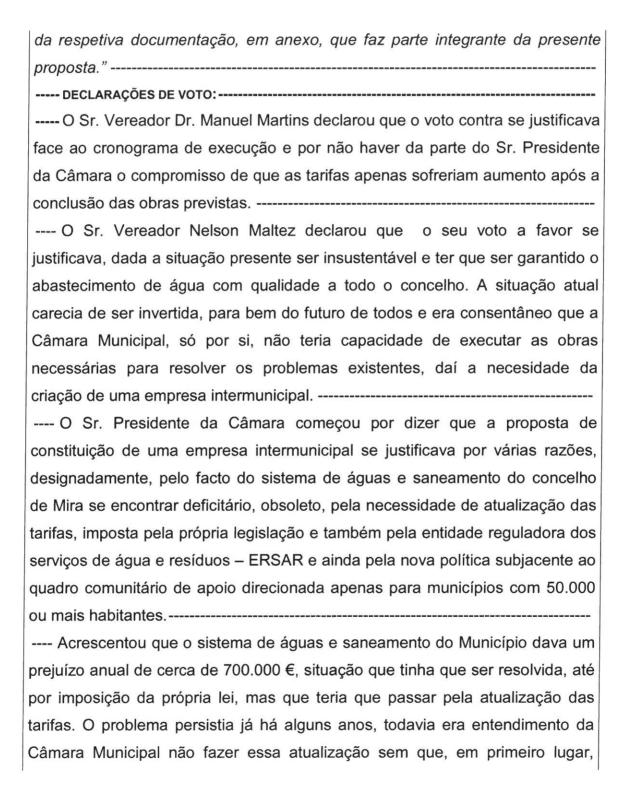






necessários estudos técnicos, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades, através da identificação dos ganhos de qualidade, e a racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade empresarial, sob pena de nulidade e de responsabilidade financeira. ---------- Os estudos previstos devem incluir ainda a justificação das necessidades que se pretende satisfazer com a empresa local, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos. ---------- A atribuição de subsídios à exploração pelas entidades públicas participantes no capital social exige a celebração de um contrato-programa, a intenção de constituição está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, parecer da ERSAR, e comunicação à Inspecção-Geral de Finanças e Direção - Geral das Autarquias Locais. --------- Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal ao abrigo dos artigos 33º e ss da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do D. L. nº 194/2009 de 20 de Agosto, na atual redação e ao abrigo da alínea ccc) do artigo 33º e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL (MUNICÍPIO DE MIRA, MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO E MUNICÍPIO DE SOURE) E INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA NA MESMA, BEM COMO A AGREGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E OUTROS SERVIÇOS e aprovação







fosse feita uma melhoria significativa no sistema, quer a nível de qualidade da
água da rede, quer também da rede de saneamento
Informou que iriam ser efetuados investimentos imediatos, de cerca de 1,5
M€, com intervenções nas capatações, adutoras, substituição de condutas, etc.
Quanto à empresa, disse que era 100% municipal, eram os próprios
municípios que tinham capacidade de decisão e cada município decidia o
investimento para o seu concelho
Por fim, agradeceu a presença dos elementos da equipa técnica autora do
estudo de conceção geral e viabilidade económica e financeira, a empresa
"AMBILORECO - Soluções Globais em Ambiente, Unipessoal, Lda.",
designadamente o Dr. Paulo Campos e o Engº.Francisco Moura aos quais deu
autorização para fazerem a apresentação do documento
Assim, seguiu-se uma apresentação exaustiva do estudo elaborado,
consubstanciado na documentação anexa à proposta, disponibilizada na
plataforma "Arquivo", bem como em suporte papel aos elementos do Executivo
Municipal
O Dr. Paulo Campos realçou o facto do contrato de delegação ter uma
duração de 40 anos, os capitais serem exclusivamente públicos e o capital
social ser repartido em partes iguais pelos acionistas - Municípios de Mira,
Montemor-O-Velho e Soure
Disse que empresa intermunicipal obtinha economias de escala e a
agregação iria permitir uma gestão integrada do sistema com mais resiliência,
mais fiabilidade, mais qualidade e mais segurança
Com a celebração do contrato de delegação proposto, esperava-se ainda
uma substancial redução da percentagem de água não faturada, sendo
também relevante a melhoria das condições operacionais, o que se iria traduzir
em mais eficiência



A capacidde de reserva de água em Mira situava-se, em termos médios
em cerca de 1,2 dias, sendo que a nível nacional se situava em 1,4 dias, pelo
que se tornava necessário investir no aumento da capacidade de reserva de
água tratada para consumo humano. O sistema de Mira usava 8 reservatórios,
dos quais 5 eram elevados, sendo que, à exceção do reservatório dos Leitões,
apresentavam um estado de conservação deficiente. Também a rede de
distribuição necessitava de incrementar significativamente os seus níveis de
reabilitação
Foi ainda salientado o facto das tarifas a praticar após a agregação
permitirem a recuperação integral dos custos, contrariando a situação atual, do
mesmo passo que foi destacado o facto da adoção do modelo de gestão
delegada na empresa intermunicipal assegurar a prossecução do interesse
público
Os técnicos da empresa fizeram uma exposição detalhada da
documentação disponibilizada, através de projeção de slides em PowerPoint,
com especial enfoque para a demonstração gráfica, para melhor elucidar o
Executivo Municipal do estudo que suporta a proposta apresentada, tendo em
vista a constituição da empresa intermunicipal e integração do Município de
Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e
outros serviços
O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda fez a seguinte intervenção:
"Sr. Presidente, srs. Vereadores demais presentes,
Os meus sinceros cumprimentos
Após breve análise do relatório que nos foi oportunamente apresentado
relativamente à temática do abastecimento de água e de águas residuais não
posso deixar de tecer algumas considerações sobre o tema que me parecem
assaz importantes enquanto Vereador, mas principalmente enquanto munícipe
utilizador-pagador do sistema



Questão Prévia:
1) Um relatório desta envergadura (cerca de 2.000 páginas) que contém
dados exaustivos, sumamente importantes sobre o AA e AR cuja elaboração
não se compadece com o período em que nos fora apresentado (+- 20 dias) e
que fora dado a conhecer ao público em geral. Este estudo estaria a ser
elaborado seguramente há mais de um ano. Percebo e lamento porque não foi
amplamente discutido na praça púbica, percebo que questões político-
partidárias se tenham atravessado e sobreposto ao elementar documento para
os munícipes. Esta circunstância coartou a possibilidade de se discutir outros
modelos de AA, designadamente a dessalinização, modelo implantado em
mais de 150 países, sendo certo que Mira beneficiaria da sua situação
geográfica, passando rapidamente de comprador a vendedor;
2) Contudo, fico sobremaneira preocupado com aquilo que resulta
inequívoco do relatório/estudo, a saber:
a) Que a rede necessita de profunda intervenção (constituída ainda por 21
% fibrocimento com consequências claras e conhecidas para a saúde pública);
b) Como se não fosse suficientemente mau, consta do sobredito relatório
que a água captada em Mira e servida aos munícipes apresenta uma qualidade
fraca, na medida em que, apresenta excesso de ferro, manganês e
radioatividade;
c) Por outro lado, adquire-se água a Cantanhede (a qualidade não vem
mencionada do relatório) a valores que não podem ser comportados pela
câmara, com grande prejuízo para o concelho de Mira o que evidencia a gestão
(ou a má gestão) deste assunto;
d) resulta ainda evidente do relatório o estado deplorável dos reservatórios
que, obviamente necessitam também de rápida intervenção e que influencia a
capacidade de armazenamento;



e) resulta ainda que a captação de água deixará de ser subterrânea e será
feita à superfície com qualidade que poderá não ser melhor do que a existente,
nada disso é explicado no relatório;
f) resulta também o aumento do preço da água (aliás o preço irá duplicar)
como consequência necessária dos investimentos que o executivo terá que
fazer e não poderá protelar. Aliás, em anterior mandato, deveria ter substituído
paulatinamente a rede e deveria ser subido o preço da água paulatinamente,
evitando este choque provocado pela subida vertiginosa do preço a pagar pela
água
3) Entendo a constituição de uma SA unindo os vários Municípios de molde
a concorrer aos fundos estruturais que, de outra forma não seria possível
concorrer. Desconfio todavia, da bondade do estudo em relação a Montemor e
Soure, desde logo pelas proporções geográficas e demográficas de ambos,
veja-se a título de exemplo, que cada um dos municípios apresenta mais de
20.000 habitantes comparativamente com Mira que apresenta apenas cerca de
12.000 habitantes
A constituição da SA prevê entradas em dinheiro e espécie e talvez fosse
aconselhável explicar à população o significado e ainda, quais serão os
rendimentos efectivamente obtidos atendendo à parcial subsidiação do
projecto
O vínculo de 40 anos parece-me exagerado;
Necessitamos de pessoal qualificado, formamos ou recrutamos, o custo do
projecto engloba esta situação;
Qual o período que levará a recuperar o investimento
Porquê a sede da Intermunicipal em Montemor
DECLARAÇÃO DE VOTO
Sr. Presidente,

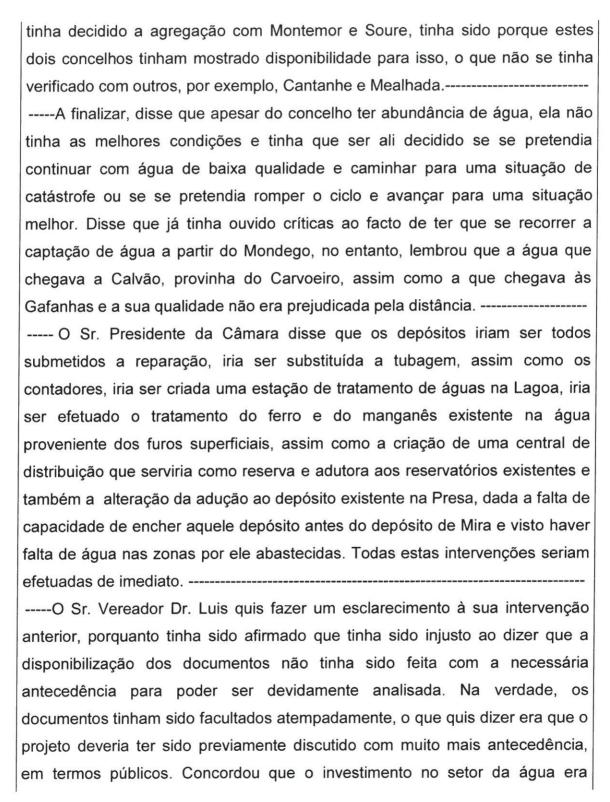


Na leitura não visualizamos ou não consta o plano de investimento relativo
a Mira e o seu Cronograma de Execução, pelo que peço que nos seja facultado
agora
O nosso sentido de voto será orientado conforme a proposta apresentada,
assim como a exigência de que os aumentos do preço de consumo de água
apenas se iniciem após conclusão das obras previstas
Assim se o Sr. Presidente/Executivo se comprometerem com o referido, o
nosso sentido de voto será favorável
Os Vereadores eleitos pelo PS"
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins interveio e disse que não tinha
conseguido vislumbrar na documentação disponibilizada o plano de
investimentos relativo a Mira, bem como o cronograma de execução e
perguntou se o Sr. Presidente da Câmara se comprometia a subir as tarifas
apenas depois de executadas as obras que estavam previstas. Perguntou
também quando eram feitas as condutas, assim como a adutora que ligaria
Montemor a Mira
O Sr. Presidente da Câmara disse que era injusto dizer-se que a
documentação não tinha sido disponibilizada com o tempo suficiente para
poder ser devidamente analisada, uma vez que a mesma estava disponível há
mais de 20 dias
Quanto ao aumento das tarifas, de há muito que se impunha, todavia tinha-
se optado por não o fazer, enquanto não estivessem reunidas as condições
para um abastecimento público de água de qualidade, o que agora se estava a
tentar alcançar e, naquele momento, apenas poderia comprometer-se a
atualizar as tarifas quando a candidatura se encontrar aprovada e a empresa
constituída e em funcionamento
O Sr. Vereador Nelson Maltez interveio e disse que aquele era um grande
momento histórico de responsabilidade para com os munícipes e



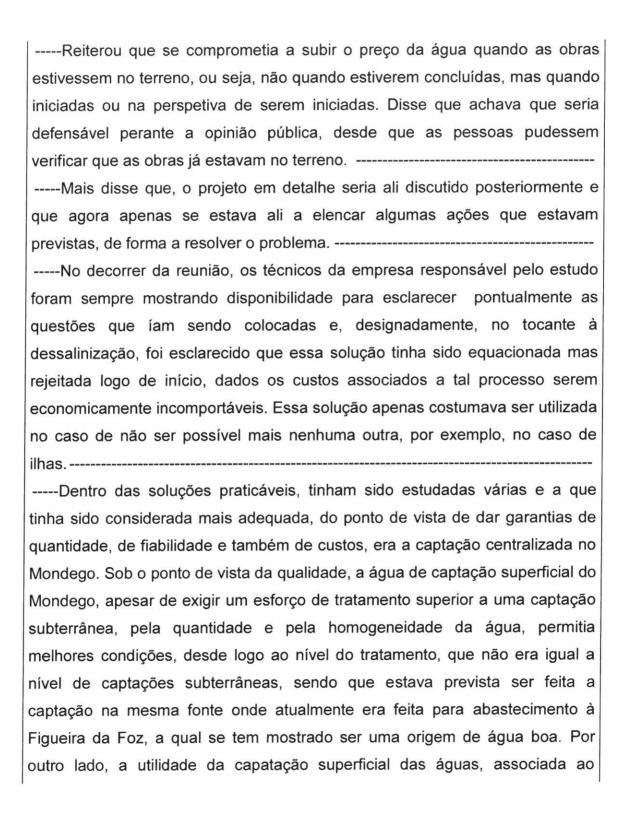
principalmente com as gerações futuras. Havia a consciência de que, anualmente, o erário municipal dispensava cerca de 700.000,0 € para aquele setor da água e saneamento. Se, de alguma forma o atual ciclo tivesse sido quebrado mais cedo, aquele valor poderia ter sido potenciado com fundos comunitários e atualmente a situação poderia ser outra. Disse que achava que era consensual que no setor da água e do sanemaneto o concelho de Mira não estava bem e, mesmo sabendo que politicamente, era sempre difícil proceder ao aumento das taxas, tinha que haver coragem para o fazer. Mira não tinha capacidade de reservas de água, já tinha havido quebras no abastecimento em Carromeu e em Casal S. Tomé, tendo sido necessário recorrer a camiões dos Bombeiros para colmatar a falta de água, em situações pontuais. Também não existia um quadro técnico, os funcionários municipais tinham que acudir a todas as áreas, faziam o melhor que podiam, mas não era o suficiente, não existia escala para manter equipas de trabalho para acudir aos problemas eficazmente, assim como também não havia know-how e havia múltiplos problemas na rede a carecer de solução, desde logo a substituição da tubagem em fibrocimento. Afirmou que o fibrocimento não provocava problemas na saúde pública, mas provocava outro tipo de problemas que era o problema das perdas de água, por constituírem autênticas condutas de papel envelhecido. Por outro lado, a água da rede tinha diversos problemas, existência de ferro e manganês e radiotividade. Os sistemas existentes nas capatações não eram eficientes energeticamente, por serem antiquados, não existia sistema de telegestão, não havia rede setorizada, etc. ----------Acrescentou ainda que a Câmara Municipal de Mira, só por si, não teria capacidade de resolver os problemas e os fundos comunitários só eram viáveis para concelhos com população a partir dos 50.000 habitantes. Sobre a agregação com outros municípios, admitiu que o modelo poderia ser discutível, mas lembrou que isso não dependia única e exclusivamente de Mira e se se



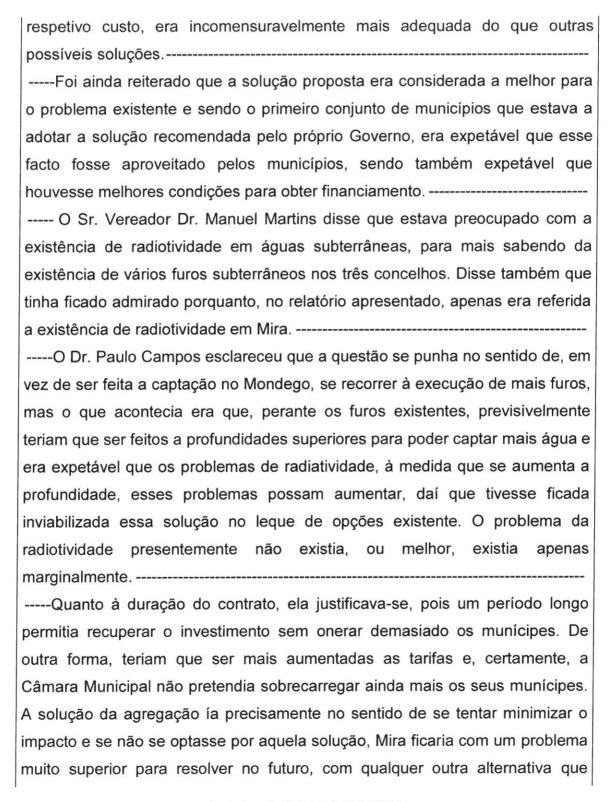




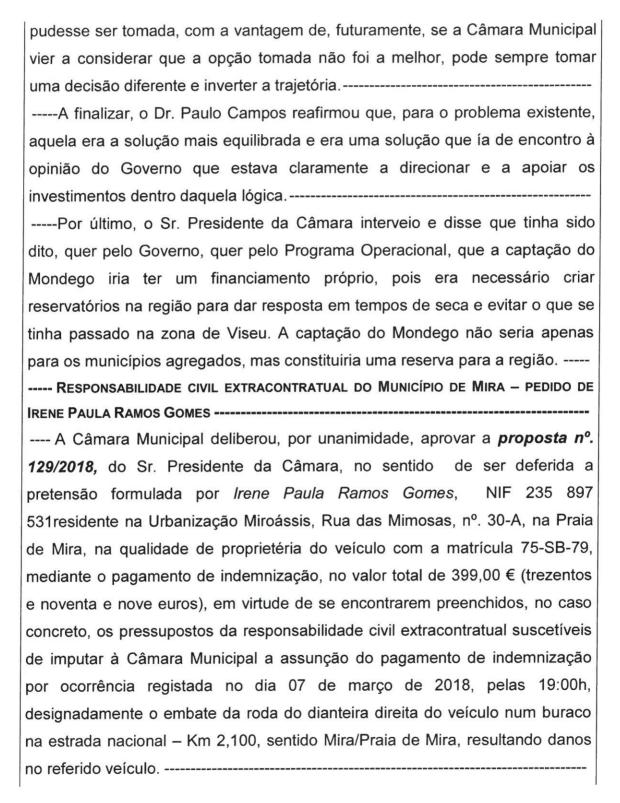




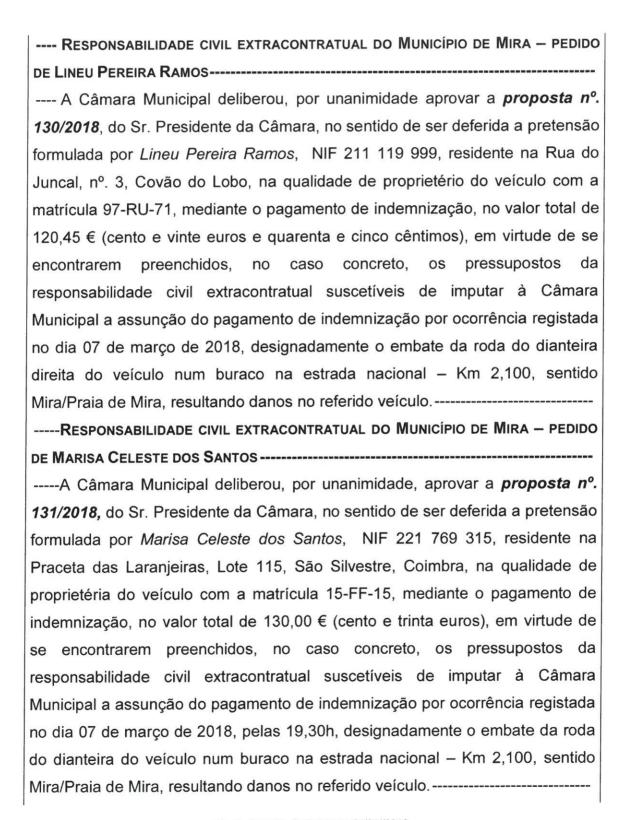




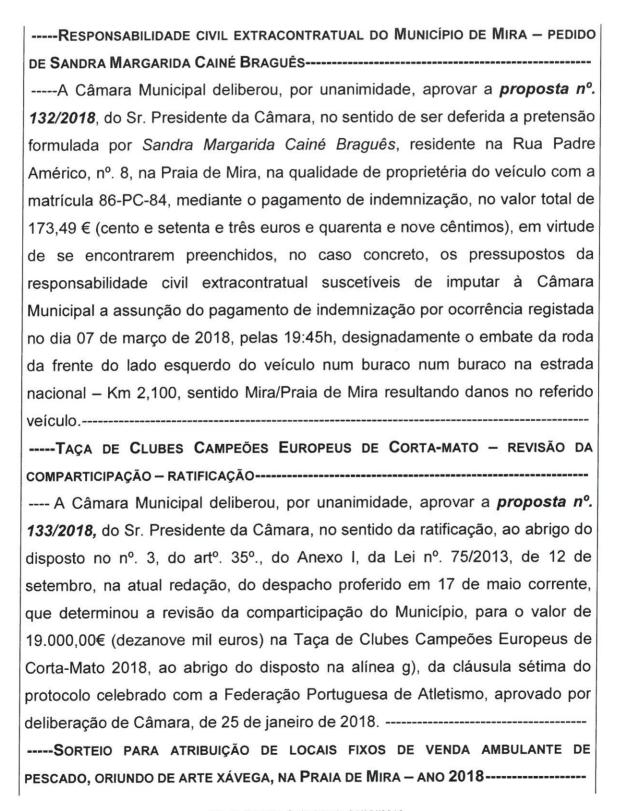












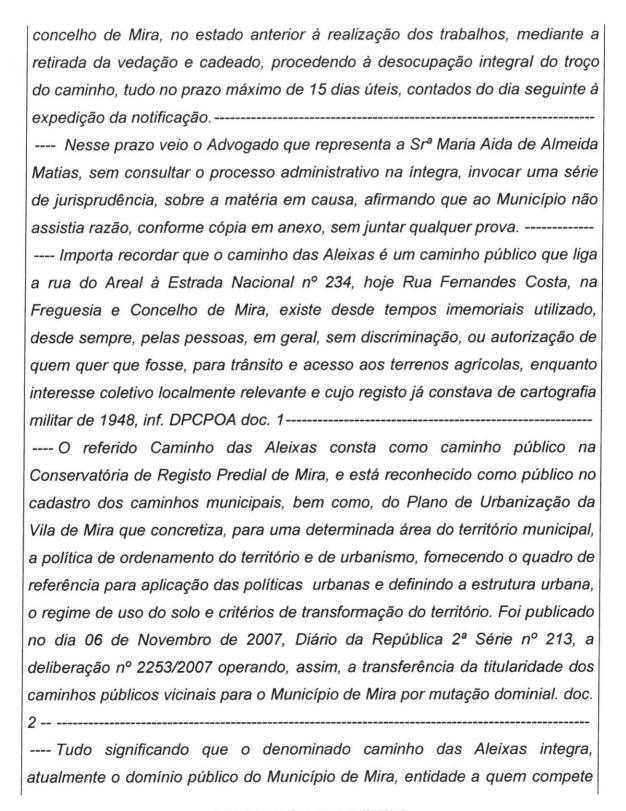


A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta nº.
134/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação das
condições gerais da hasta pública, que se enunciam de forma sucinta no edital
anexo à presente proposta, relativo ao sorteio para atribuição de locais fixos de
venda ambulante de pescado, oriundo de arte de xávega, na Praia de Mira -
ano de 2018
Mais foi deliberado aprovar a Comissão/Júri que deverá presidir à hasta
pública, composta pelos seguintes elementos:
Presidente: Nelson Maltez, Vereador;
1º Vogal: Dr. Ângelo Lopes
2º Vogal: Dr.ª Liliana Cruz;
Secretária: Sónia Alcaide
Vogal Suplente: Fiscal Municipal José Carlos Maranhão
Foi ainda deliberado proceder à publicitação, por edital, do ato nos lugares
de estilo, no site do Município e nos jornais locais
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou o facto de ser exigida a
apresentação de atestado médico, uma vez que se tratava de venda
proveniente da arte de xávega. Mais perguntou se, por se tratar de venda
ambulante, não era exigível a apresentação de cartão de vendedor ambulante
A Chefe de Divisão, Dra. Carmen esclareceu que se tratava do
manuseamento de géneros alimentícios (peixe), para venda ao público daí
essa exigência que era determinada pela própria Lei (D.L. nº. 10/2015, de 16
de janeiro, na atual redação). Quanto ao cartão de vendedor ambulante, já não
era exigível, em consequência da entrada em vigor do "Licenciamento zero",
em que os interessados tinham que estar inscritos no "Portal do
Empreendedor", normas estas em vigor a nível nacional
DESOBSTRUÇÃO DO CAMINHO DAS ALEIXAS - DECISÃO FINAL



---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dra. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos aprovar a proposta nº. 135/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da posse administrativa do caminho público das Aleixas, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea qq) do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, com os artigo 15º a 21º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na atual redação, e do nº 4 do artigo 177º e artigo 181º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da efetivação do auto pela fiscalização, a fim de permitir a sua desobstrução, por administração direta, mediante a retirada da vedação e cadeado, ali colocado. A posse administrativa deverá ser efetivada pelos fiscais municipais, mediante a elaboração de um auto onde, para além de se identificar a deliberação de posse administrativa, é especificado o estado em que se encontra o caminho público, as obras e as demais construções existentes no local, bem como, os equipamentos que ali se encontrarem. ---------- A referida proposta é do seguinte teor integral: ---------- "DESOBSTRUÇÃO DO CAMINHO PÚBLICO DAS ALEIXAS - DECISÃO FINAL --------- Na sequência de deliberação de Câmara de 22 de Março de 2018 e não havendo fundamento para a obstrução do caminho, a Câmara Municipal na pessoa do seu presidente, procedeu à audiência prévia, ao abrigo a alínea qq) n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, conjugada com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na atual redação, bem como os artigos 122º e artigo 181º CPA e determinou à munícipe, Srª Maria Aida Almeida Martins, residente na Av. 25 de Abril em Mira, a desobstrução e reposição do Caminho das Aleixas, sito na freguesia e

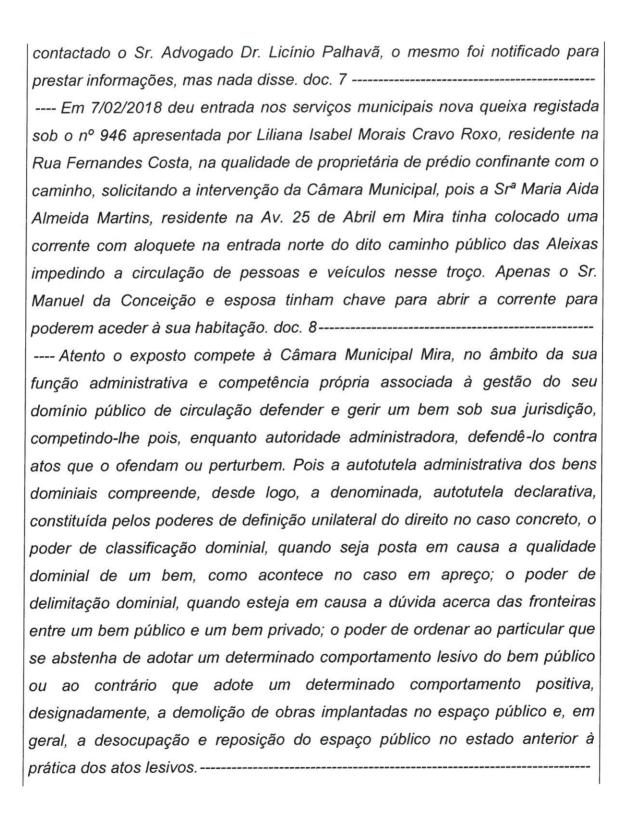




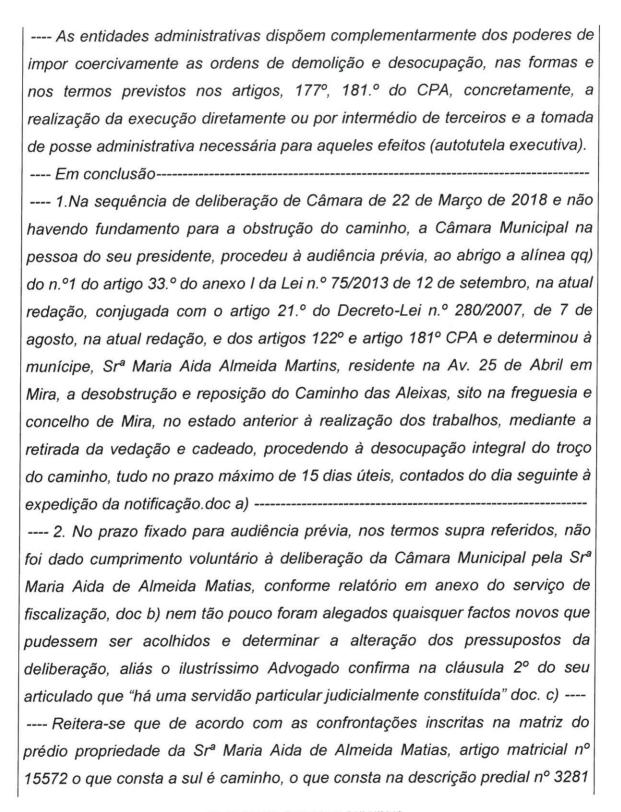


o exercício dos poderes de autotutela administrativa conferidos pelo artigo 21.º
do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na atual redação
Acresce sublinhar, com relevância para a análise do caso em apreço, que o
Município de Mira procedeu a diversas reparações no referido caminho ao
longo dos anos, sempre que de tal tem havido necessidade, tapando buracos,
ensaibrando-o, terraplanando-o, ou seja, sempre o mesmo foi reparado,
conservado e melhorado ao longo dos tempos;
Cuidando e defendendo a livre passagem através do citado caminho, pois
já em 1994 foram registadas queixas relacionadas com a ocupação do
Caminho, designadamente deu entrada nos serviços municipais um abaixo-
assinado encabeçado por Maria Aida Almeida Matias e subscrito por 21
proprietários de prédios confinantes com o caminho das Aleixas, insurgindo-se
contra a ocupação abusiva do caminho em cerca de 50m. doc.3
Posteriormente no mesmo caminho público foram instaladas condutas e
ramais para o fornecimento de água a pedido do Sr. Manuel da Conceição no
ano de 1977, doc. 4, bem como, foi regularizado o licenciamento da sua
habitação, porque confinava com caminho público, em 1979, a qual dista cerca
de 90 m da Estrada Nacional nº 234; doc. 5
Ali foi colocada iluminação pública, sendo a energia eléctrica fornecida e
paga pela rede pública do Município;
Foram limpas pela Câmara Municipal as valetas e sumidouros para
escoamento de uma "Mãe de água";
Foi ainda colocada toponímia no caminho, a pedido do Sr. Manuel da
Conceição, conforme deliberação de Câmara de 13/06/2013. doc. 6
Em 20/07/2017 a fiscalização municipal foi chamada ao local e informou
registo nº 5912, que alguém tinha mandado cravar vigas de cimento com cerca
de 3 m de altura ao longo do caminho, com arame junto à habitação da Srª
Liliana Isabel Morais Cravo Roxo e que para alguma informação deveria ser

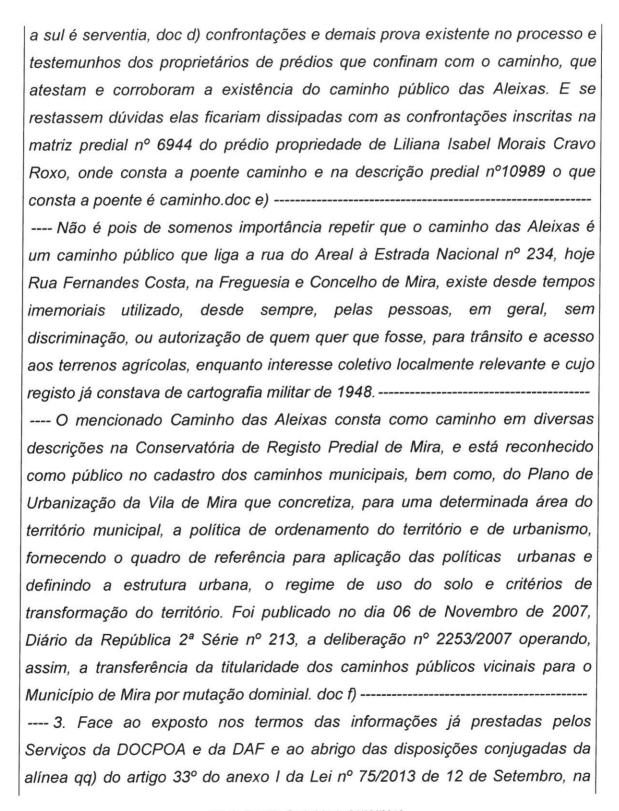












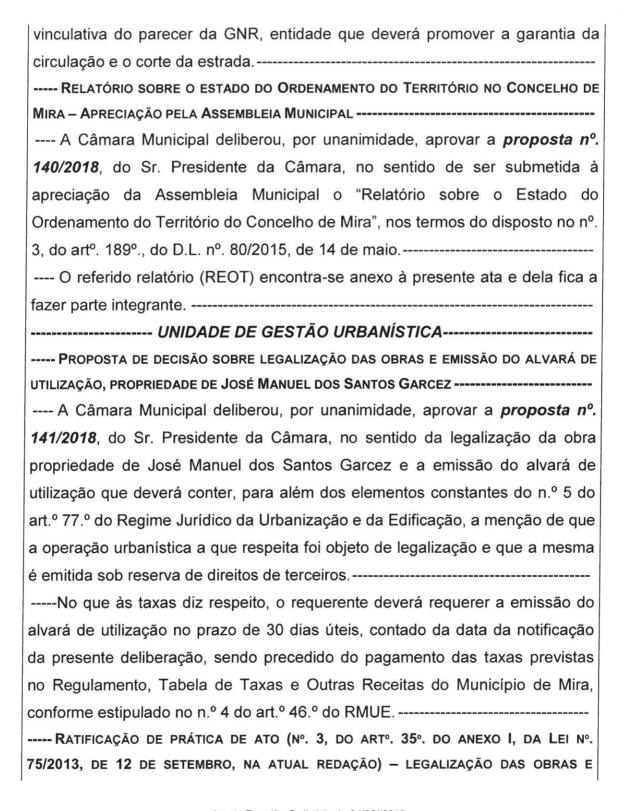


atual redação, com os artigo 15º a 21º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na atual redação, e do nº 4 do artigo 177º e artigo 181º do Código do Procedimento Administrativo, proponho que a Câmara Municipal delibere determinar a posse administrativa do caminho público das Aleixas, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da efetivação do auto pela fiscalização, a fim de permitir a sua desobstrução, por administração direta, mediante a retirada da vedação e cadeado, ali colocado. A posse administrativa deverá ser efetivada pelos fiscais municipais, mediante a elaboração de um auto onde, para além de se identificar a deliberação de posse administrativa, é especificado o estado em que se encontra o caminho público, as obras e as demais construções existentes no local, bem como, os equipamentos que ali se encontrarem." -----------DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO---------- NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS FESTAS DE S. TOMÉ - MIRA 2018 (MINUTA)------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 136/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta das "NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS FESTAS DE S. TOMÉ - MIRA 2018" ao abrigo das disposições previstas nas alíneas o), u) e ff), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. ---- A referida minuta encontra-se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte ---- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE ---------- ÎNTERRUPÇÃO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA - X GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO -CONCELHO DE MIRA--------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 137/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização para a interrupção da circulação rodoviária, na Praia de Mira, no dia 3 de junho de 2018, das 8.00h às 13:00h, nas Ruas Raul Brandão, Rua Elísio de Moura e

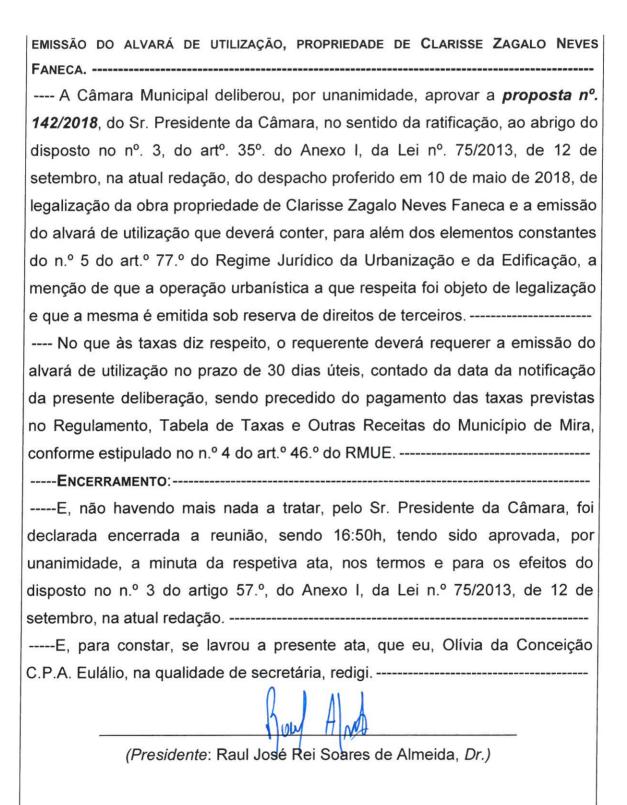


Rua Furriel Henriques da Costa e Ava. Cidade de Coimbra, Av. Infante D.
Henrique, Av. Arrais Batista Cera e Av. da Barrinha, por forma a permitir a
realização do "X Grande Prémio de Atletismo – Concelho de Mira"
Interrupção de circulação rodoviária - LIGHT ON RUN OF PARTY -
PRAIA DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a $\emph{proposta}$ \emph{n}^o .
138/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido autorização para a
interrupção da circulação rodoviária, na Praia de Mira, no dia 30 de junho de
2018, das 20:00h às 00:30h na Av. Cidade de Coimbra, Av. da Barrinha, junto
ao Posto da GNR (pelas 20:30h) e Rua Vasco da Gama (por volta das 22:00h,
durante 30 minutos), por forma a permitir a realização do evento "Light on Run
of Party", a levar a efeito pela Associação Sócio-Cultural da Valeirinha, com as
seguintes condicionantes:
Os participantes deverão estar devidamente identificados e com
sinalização;
Ser portadores de lanternas;
Utilização preferencial de espaços e passeios reduzindo ao máximo a
utilização de plataforma rodoviária;
Todas as zonas de travessia de via deverão ser sinalizadas e articuladas
com a GNR local de forma a salvaguardar a segurança de todos
Interrupção rodoviária - realização Procissão do Corpo de Deus -
Mira
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a $\emph{proposta} \ \emph{n}^{o}.$
139/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização para a
interrupção da circulação rodoviária, no dia 31 de maio corrente, entre as
16H15 e as 18H15, na Rua Dr. António José de Almeida, em Mira, até à
rotunda de acesso à variante à Praia de Mira, a fim de permitir a realização da
procissão do Corpo de Deus. A presente autorização fica sujeita à emissão











Chira.

(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)